PRO SANCTA CATHARINA ET BRASILIA

TOMO VI Nº 4

Blumenau

em cadernos

Fábrica de Gazes Medicinais Cremer S/A

Rua Iguaçu n.os 291 e 362 — Caixa Potal, 80
Fone 1332

- GAZES E ATADURAS MEDICINAIS
- ATADURAS GESSADAS
- ALGODÃO HIDRÓFILO
- FRALDAS PARA BEBÊS
- FAIXAS HIGIÊNICAS PARA SENHORAS
- ARTIGOS DE PRIMEIRA QUALIDADE

J. FERREIRA DA SILVA

AS TERRAS DO ITAJAÍ MIRIM E VASCONCELOS DE DRUMMOND

"BLUMENAU EM CADERNOS"

TOMO VI — 1963 — N.º 4

A

José Sanches

pelo muito que estimulou e ajudou "Blumenau em Cadernos", dedico êste modesto estudo.

Blumenau, abril de 1963.

J. Ferreira da Silva.

AS TERRAS DO ITAJAÍ MIRIM

E

Vasconcelos de Drummond

Em 1836, a "Biographie Universelle et Portative des Contemporains", de Paris, publicou o seguinte sôbre a personalidade de Vasconcelos de Drummond:

" — **DRUMMOND — (Antônio de Menezes Vasconcelos de) nasceu no Rio de Janeiro, a 21 de maio de 1794, de uma família tradicional. Aos quinze anos, já terminara os seus estudos literários e conhecia a fundo a doutrina do célebre Smith, o mestre de Economia Política. Havia se aprofundado em Filangieri, Kant e num grande número de outros filósofos e falava quatro línguas vivas. Fôra destinado à marinha de guerra, mas a sua aversão por essa carreira decidiu seu pai a solicitar para êle um emprêgo na chancelaria-mór dos reinos unidos de Portugal, Brasil e Algarves. Ocupou um dos principais postos nessa grande administração e se distinguiu, em idade tão tenra, pelos seus talentos, sua aplicação e o acêrto das suas idéias. Uma condecoração brilhava na sua lapela, mas nem por isso êle se mostrava orgulhoso e a sua modéstia contrastava com o orgulho dos seus êmulos. Quando o primeiro grito da liberdade se fêz ouvir na Província de Pernambuco, êle foi denunciado ao rei D. João VI como pertencente a um dos clubes de onde partira a centelha revolucionária; mas o crédito de que gozava seu pai e a consideração que êle próprio desfrutava, puzeram-no ao abrigo das maquinações de seus inimigos. Entretanto, o govêrno entendeu conveniente afastá-lo da capital e uma espécie de licença, acompanhada de cartas especiais de recomendação, fê-lo partir para a Ilha de Santa Catarina.**

Ficou sete mêses sob as vistas do governador da província. Êste exílio não foi inútil para a pátria de M. Drummond. De regresso à capital, êle apresentou ao ministro Vilanova os seus vastos planos de melhoramentos e foi, imediatamente despachado para pô-los em execução.

Êle desembarcou, portanto, de novo em Santa Catarina, venceu todos os obstáculos que se lhe ofereceram num país ainda selvagem, concebeu e executou a navegação do grande rio Itajaí, estabeleceu povoados sôbre as duas margens, atravessou imensas florestas virgens, abriu caminhos, aproximando, assim, grandes distâncias e conseguiu, enfim animar, pela sua infatigável presença uma região que parecia, ainda, no cáos primitivo. Enquanto isso, uma grande revolução rebentou no Rio de Janeiro, a 16 de fevereiro de 1821. Obrigado, por ordem

da côrte, a suspender todos os trabalhos que exigiam grandes despesas, M. Drummond entrou na capital da província de Santa Catarina difamado pelos partidos que se movimentavam para acompanhar o movimento do Rio de Janeiro em favor da metrópole. Êle declarou-lhes solenemente que se o Brasil tivesse de romper as cadeias que o prendiam a Portugal, isso se deveria realizar para a sua inteira liberdade e pela sua independência; que êle não concebia e nem aprovava que um povo se revoltasse para recair nos seus antigos grilhões.

Não tendo triunfado essa opinião que êle sustentou por vários dias, êle foi obrigado a embarcar-se precipitadamente à meia noite. O barco que êle tomou foi castigado por uma tempestade e, quando franqueava a barra do Rio de Janeiro, seu pai falecia nessa capital".

A biografia de Drummond se extende por mais uma página inteira, narrando os acontecimentos em que o mesmo tomou parte, até que, presos e exilados José Bonifácio de Andrada e Silva e seus irmãos, escapou para a Bahia e, de lá, para a França, onde permaneceu até que o patriarca voltasse ao poder.

A parte que nos interessa, entretanto, que interessa à história de Itajaí é a que acima se transcreveu, traduzida, quase que literalmente, da publicação feita pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ("Anais", volume XIII (1855/1886), páginas 3 a 5).

Tantos eram, porém, os exageros contidos nessa biografia, que o próprio Drummond, em 1861, resolveu fazer-lhe vários reparos e anotações, entregues depois a Melo Morais e que foram dados à publicidade no fascículo n.º 2 do citado volume XIII, dos "Anais da Biblioteca Nacional" (páginas 7 em diante).

O primeiro reparo de Drummond desmente a afirmação do autor da biografia, de que êle tivesse aversão à carreira de oficial de marinha. Não fôra por aversão e, sim, por outros motivos, independentes de sua vontade, que êle não ingressara na escola naval de Lisboa.

A segunda anotação, contesta que o pai tivesse solicitado qualquer emprêgo para Drummond, na Chancelaria. O ministro Tomás Antônio é que, ligado a seu pai, por velha e forte amizade, tomou a iniciativa de empregá-lo.

Nas anotações 3, 4 e 5 Drummond confirma o ter-lhe D. João VI, em 1810, conferido o hábito da Ordem de Cristo e que, realmente, se deu o fato de ter sido êle denunciado como pertencente à maçonaria, que fôra de onde "partiu a centelha revolucionária" e conta os aborrecimentos que teve de suportar até a licença forçada e a sua partida para Santa Catarina.

As 6.ª, 7.ª e 8.ª são as anotações que dizem respeito a êste trabalho e nas quais se baseiam os que atribuem a Drummond, contrariando a realidade histórica, as honras de fundador da cidade de Itajaí.

Vamos transcrevê-las na íntegra, para que as tenhamos presentes no decurso desta memória.

Antes, porém, queremos assinalar que Drummond, na anotação 10.ª, impugna, também, a afirmativa do seu biógrafo de que não tivesse triunfado a sua opinião, no sentido de que os catarinenses se desinteressassem da revolução, que estourara no Rio, que era "portuguêsa" e ,não, "brasileira".

Êle assegura que a sua opinião foi seguida e que êle deixara Santa Catarina porque foi "chamado ao Rio" e porque "tinha pressa de partir a fim de chegar antes da saída de el-rei para Portugal".

Como se vê da carta escrita pelo governador, ao ministro, e que vai transcrita no final dêste trabalho, Drummond não foi *chamado ao Rio*. Foi, sim, dispensado e mandado embarcar pelo governador.

Dito isso, passemos às transcrições:

Anotação 6) "Quando regressei a Santa Catarina, encarregado da comissão de que fala a biografia, a qual tinha por fim colonizar as terras que banham o rio Itajaí Tomás Antônio me disse que no meu regresso S. M. me despacharia governador para uma das províncias do Brasil. Fazendo a êste dito as objeções que nasciam da minha incapacidade (tinha eu então 25 anos de idade), respondeu-me que eu tinha o gênio criador e o talento de governar, e que estas qualidades reunidas deviam ser aproveitadas. O que eu tinha, realmente, era um zêlo e um amor pelo Brasil que não podiam ser excedidos.

Durante o meu exílio na Europa, sendo colaborador do "Journal des Voyages" etc. publiquei vários artigos concernentes aos interêsses do Brasil e em um ou dois dêles falei do rio Itajaí, do célebre monte Taió, onde há, segundo se supõe, abundantes minas de prata, e da minha viagem e residência nas margens daquele rio. Foi no meu tempo, em Santa Catarina e por proposta minha, que Tomás Antônio determinou a abertura de uma estrada de Santa Catarina a Lajes, e desanexou esta Vila da província de São Paulo para a reunir à província de Santa Catarina. A obra da abertura da estrada foi interrompida pela revolução de 1821, que decidiu do regresso do rei D. João VI a Portugal. Não sei se depois da independência essa obra continuou, nem o estado em que se acha. O que parece é que deve ser acabada e em tôda a sua extensão criadas colônias agrícolas de gente livre, cujo número nunca será demasiado. Todo aquêle terreno é muito produtivo. Da vargem dos pinheiros se tirou o mastro grande para a nau "D. Sebastião", que foi construída no Rio de Janeiro. A intenção de Tomás Antônio era de criar aí colônias nacionais e estrangeiras".

Anotação 7): "Há aqui muita exageração. Alguns trabalhos se fizeram no Rio Itajaí; mas nem houve tempo nem meios para os levar a cabo. Todavia ali se construiu uma sumaca denominada "S. Domingos Lourenço", que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do Rio Itajaí, carregada de feijão, milho e taboado, para o Rio de Janeiro. Do Itajaí mandei a madeira para a obra do museu do Campo de Sant'Ana, e mandei de presente, porque era cortada e serrada à minha custa. Soube depois que uma parte da madeira que mandei para as obras do Museu fôra distraída por Tomás Antônio Pereira de Castro Viana, que servia de tesoureiro do mesmo museu, para as obras que monsenhor Miranda fazia em uma chácara sua. Todos sabem que o museu do Campo de S. Ana principiou em uma casa que o govêrno comprou, sendo ministro Tomás Antônio, a João Rodrigues Pereira de Almeida, no Campo de S. Ana, canto da rua dos Ciganos, a qual não sendo bastante, o ministro mandou fazer novas construções pelo lado do campo de S. Ana em terrenos que para êsse fim comprou, o que tudo junto forma hoje o museu nacional. Durante a minha estada na província de Santa Catarina percorri o rio de São Francisco do Sul, e no museu nacional devem existir algumas pérolas que eu mandei, pescadas naquele rio. Eram pequenas, mas de boa qualidade. A província de Santa Catarina pela sua posição geográfica, pelos seus portos, rios, lagos e matas e pela fertilidade do seu terreno, deve merecer amplos cuidados do govêrno. A enseada das Garoupas é um dos melhores portos do mundo. A Caixa d'Aço pode conter inúmeros navios abrigados de todos os ventos. Os catarinetas amam a vida do mar e são bons marinheiros. Deve-se criar ali e fazer prosperar uma boa povoação marítima. Para isso é necessário proteger a pesca em grande. A pesca é o viveiro de marinheiros e produz muito alimento barato. O ministro Tomás Antônio tinha em vista fazer de Santa Catarina um grande arsenal marítimo. Tinha em vista elevar aquela província a um grau de grande prosperidade. Santa Catarina é o pôsto avançado do Rio de Janeiro no Rio da Prata.

Anotação 8): "Foi um aviso do almirante Quintela, ministro do reino da revolução de 26 de fevereiro de 1821, pelo qual me participava que "tendo a tropa reunida pelo silêncio da noite, na praça do Rocio, proclamado a constituição que se fizesse em Portugal, S.M. havia anuido e nomeado a êle, almirante seu ministro do reino; que, sendo necessário nas atuais circunstâncias proceder com a mais

severa economia, suspendesse eu tôdas as obras que exigissem despesa e me retirasse para a côrte, porque S. M. dava por acabada a comissão de que eu estava encarregado".

Antes de analisarmos êsses trechos, no que êles se referem a Itajaí, e para não fugirmos à ordem em que foram registradas as afirmações de Drummond abramos um parêntesis para dizermos algumas palavras sôbre o que Drummond assegura a respeito da construção da estrada de Lajes.

Transcrevendo trechos de um artigo a que, há tempo, demos publicidade, conhecer-se-á o nosso pensamento relativo à segurança com que Drummond afirma a sua interferência decisiva na abertura dessa estrada:

Nesse caso, por exemplo, da abertura da estrada do Destêrro para Lajes e da anexação dessa então vila e seu têrmo ao govêrno da Ilha de Santa Catarina, desmembrando-os da província de São Paulo, há matéria para interessantes considerações, em face das divergências entre o que Drummond afirma e o que os fatos evidenciam. Sôbre êsses dois temas, Drummond escreveu: "Foi no meu tempo em Santa Catarina e por proposta minha que Tomás Antônio determinou a abertura de uma estrada de Santa Catarina a Lajes e desanexou esta vila da província de São Paulo para a reunir à província de Santa Catarina".

Ora, já alguns anos antes, em 1816, o pai da história catarinense, Paulo José Miguel de Brito, escrevia a êsse respeito trechos valiosos na sua "Memória Política", que culminavam com insistentes sugestões para que se fizesse a construção (a reconstrução, aliás) da estrada Estreito a Lajes e a anexação dessa vila ao govêrno catarinense.

Drummond certamente conhecia o trabalho do nosso primeiro historiador, embora a "Memória" sómente tivesse sido dada à publicação em 1829, pela Academia Real de Ciências de Lisboa. Mas, cópias, havia-as na Côrte de D. João VI, que Miguel de Brito frequentava. E, o que parece fora de qualquer dúvida, deve-se mais ao trabalho de Paulo Miguel José de Brito a incorporação de Lajes à jurisdição de Santa Catarina e a abertura da estrada, do que à interferência de Drummond.

Êste, como é sabido, estava bastante desacreditado na côrte pelas suas atividades reacionárias e não é crível que o govêrno fôsse tomar medidas de tamanha significação e tanta responsabilidade, ùnicamente pelo conselho de um revolucionário, embora protegido do ministro poderoso e que, além do mais, era um moço de 24 anos.

Aliás, o nosso insigne Manoel da Silva Mafra, insuspeito no caso, na sua monumental "Exposição Histórico-Jurídica", citando várias passagens da "Memória" de Paulo José, assim explica a anexação de Lajes: "Acresce que êle (Paulo José) escreveu ao tempo em que, estabelecida no Rio de Janeiro a séde da monarquia portuguêsa, punha o govêrno o maior empenho em montar o maquinismo administrativo e organizar os diversos ramos do serviço público, colhendo a possível cópia de informações, para ordenar as medidas relativas aos limites das jurisdições e competências administrativas e judiciárias. E, vai-se ver que, seguramente, à "Memória" de Miguel de Brito se deve o Alvará de 9 de setembro de 1820, que desanexou de São Paulo e uniu à Santa Catarina a Vila de Lajes e todo o seu têrmo e o de 12 de fevereiro de 1821, restaurando a comarca de Santa Catarina, independente da de Pôrto Alegre."

E Silva Mafra explica o porquê, citando trechos das sugestões de Miguel de Brito, comparando-as com o teôr do aviso real. Efetivamente, à página 89 e seguintes da sua "Memória", e subordinadas ao artigo terceiro em que reúne "medidas que se devem tomar relativas ao aumento da população, agricultura, rendas e educação pública", Paulo José, depois de aconselhar, no item 1.º, o transporte de colonos dos Açores para povoarem ambos os lados da estrada de Lajes em tôda a sua extensão, recomenda, no 2.º, textualmente: "Que seja incorporada na capitania de Santa Catarina a sobredita Vila das Lajes, e seu têrmo, que forma o extremo meridional da capitania de São Paulo, cuja cidade

é distante daquela vila 200 léguas (segundo contam no país) ou pelo menos 160, quando de Santa Catarina a Lajes há, apenas, 24 em linha reta; e não pode haver mais de 30, sôbre a estrada que se abrir".

O historiador não se limitou, apenas, a êsse conselho; reforçou-o com considerações muito sensatas:

"A incorporação da Vila de Lajes e seu têrmo à Capitania de Santa Catarina é uma medida utilíssima e inteiramente conforme com as providências dadas pela carta régia de 5 de novembro de 1808, dirigida ao Capitão-Geral de São Paulo sôbre a povoação e cultura dos campos de Guarapuava...".

Comentando êsses e outros trechos da "Memória", Silva Mafra prossegue: "Quatro anos depois de escrita a sua "Memória", viu Miguel de Brito, em 1820, realizado o seu conselho de incorporar Lajes à capitania de Santa Catarina, pelo alvará de 9 de setembro de 1820, assim concebido: "Eu, El-rei, faço saber aos que êste alvará com fôrça de lei virem, que tomando em consideração que sendo a vila de Lajes a mais meridional das da província de São Paulo, pela grande distância em que se acha da capital, não pode ser prontamente socorrida com as oportunas providências que a façam elevar-se do estado de decadência em que se acha, procedida dos respetivos danos, que os indígenas selvagens seus vizinhos teem feito no seu território e que, reunindo-se ao govêrno da capitania de Santa Catarina, donde pode mais fàcilmente ser auxiliada, se tornarão menos atrevidos aquêles selvagens e talvez se sujeitem e se retirem, deixando os colonos com a segurança precisa para se aproveitarem da grande fertilidade das terras do têrmo da mesma vila, regadas por muitos rios e debaixo de um clima temperado e sadio; hei por bem desanexar a mencionada vila de Lajes e todo o seu têrmo da província de São Paulo e incorporá-la na capitania de Santa Catarina, a cujo govêrno ficará, dora em diante sujeita". "As razões que baseiam o transcrito alvará e até as próprias palavras, com que são expressas, são idênticas com as que a "Memória" de Miguel de Brito justifica a necessidade de pertencer Lajes a Santa Catarina. Parece que o redator do Alvará tinha em frente os trechos respectivos transcritos daquela "Memória". As razões dadas por Miguel de Brito são as mesmas do alvará". E Silva Mafra remata as suas considerações assim: "Ainda mesmo das expressões "incorporação da Vila de Lajes e todo o seu têrmo na capitania de Santa Catarina" de que usou Miguel de Brito, usa o alvará na sua parte dispositiva: "desanexar a mencionada vila de Lajes e todo o seu têrmo e incorporá-la na capitania de Santa Catarina".

Voltemos, agora, ao que nas "Anotações" diz respeito a Itajaí:

Como se vê da transcrição feita de parte dessas "Anotações" (as únicas, aliás, das 18 que foram escritas, quase tôdas versando a atuação de Drummond nas intrigas e lutas pela independência) Vasconcelos de Drummond não distingue, uma única vez que fôsse, o Itajaí-Açu do Itajaí-Mirim. Fala, simplesmente, no ITAJAÍ, sem qualquer qualificativo.

Dessa omissão é que se gerou todo o malentendido.

Ninguém poderá negar — e nem nega — que Vasconcelos de Drummond tenha estado no Itajaí, que ali tenha realizado, ou tentado realizar, alguns trabalhos e feito preparativos para a fundação de um estabelecimento de colonização. Mas, tudo isso, nas margens do ITAJAÍ-MIRIM e não nas do Itajaí-Açu, em cuja foz assenta a cidade e onde, mais do que provàvelmente, como veremos, êle nem siquer tenha estado algum dia.

Que a missão, de que o ministro Vilanova Portugal o encarregara, era a de colonizar terras às margens do ITAJAÍ-MIRIM, prova-o, sem sombra de dúvida, o aviso de 5 de fevereiro de 1820, além da carta do próprio Drummond, que vai transcrita mais adiante.

Êsse aviso é concebido nos seguintes têrmos:

"El-Rei N. S. é servido que Vmce. vá se apresentar a João Vieira Tovar e Albuquerque, Governador da Capitania da Ilha de Santa Catarina, para tomar posse de umas terras para o mesmo Senhor junto ao Rio Tajaí-Mirim, a fim de nelas formar um estabelecimento, segundo a direção que lhe há de dar o mesmo governador, na forma das instruções que serão a êste dadas por esta Secretaria d'Estado dos Negócios do Reino. O que participo a Vmce, para que assim se execute. Deus Guarde Vmce. Paço, em 5 de fevereiro de 1820. Tomás Antônio da Vilanova Portugal — Sr. Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond."

Note-se bem a determinação do ministro, quanto às terras destinadas a serem colonizadas por Drumond: JUNTO AO RIO ITAJAÍ-MIRIM.

Aí está a primeira prova de que Drummond nada fêz nas margens do Itajaí-Açu. Tendo recebido ordens para estabelecer colônia nas margens do Itajaí-Mirim, não iria, por certo, desobedecendo recomendações claras, positivas, (tanto mais quanto não era nada boa a sua posição perante o govêrno) para iniciar essa colônia à foz do Itajaí-Açu, onde as terras já eram tôdas do domínio de particulares.

E quais e onde se situavam as terras que, pelo aviso citado, Drummond deveria colonizar?

Pesquisando elementos para a elaboração do seu magnífico livro "BRUSQUE", o mestre historiador Oswaldo R. Cabral, descobriu, no arquivo do Departamento de Geografia e Cartografia do Estado, o original do mapa que reproduzimos na página seguinte.

Ao alto, à direita dêsse mapa, lê-se:

"Mapa da medição e demarcação militar de duas sesmarias d'huma légua quadrada cada uma no Rio de Itajaimirim, pertencentes e El-Rei N.S. procedida em consequência do Régio Aviso de 4 de fevereiro de 1820."

Infelizmente, nas buscas a que procedemos, não logramos descobrir êsse aviso de 4 de fevereiro de 1820, para trazê-lo, na íntegra, para estas páginas.

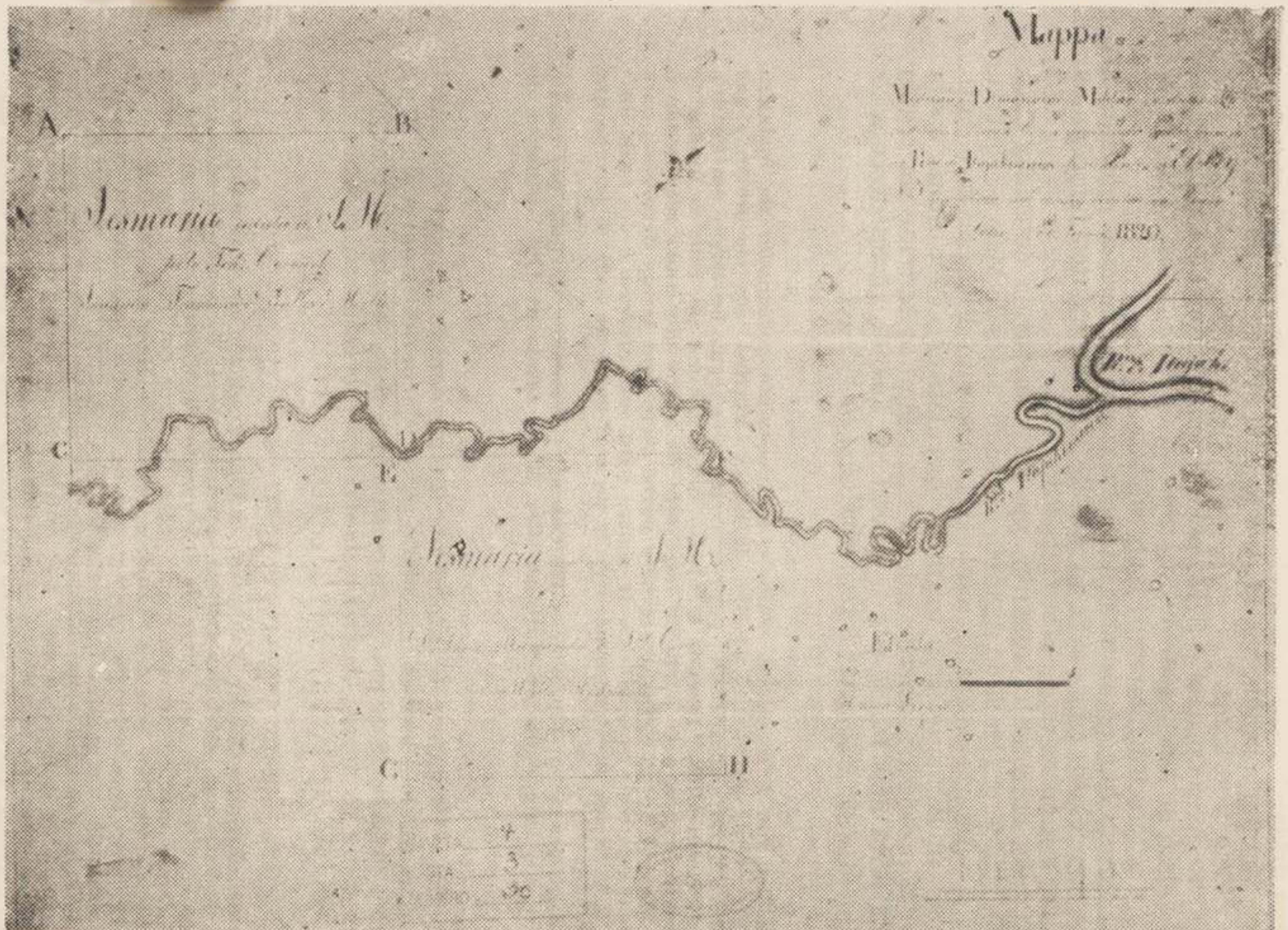
Pela inscrição do mapa se vê, entretanto, que a 4 de fevereiro, o ministro Vilanova determinara ao governador de Santa Catarina, Tovar de Albuquerque, mandasse medir e demarcar duas sesmarias de légua em quadro cada uma, nas margens do Iatjaí-Mirim e, no dia seguinte, 5, pelo aviso atrás transcrito, determinou a Drummond que fôsse tomar posse dessas sesmarias e nelas fundar o estabelecimento.

Não é necessário ser dotado de muita acuidade, de afinada perspicácia, para deduzir, dêsses dois avisos, a certeza de que as terras que o aviso régio de 4 de fevereiro mandou medir e demarcar, eram as mesmas que, no dia seguinte, 5, outro aviso real determinava que Drummond tomasse posse e iniciasse o seu estabelecimento colonial.

E, pelo mapa, vê-se a posição das duas sesmarias de El-rei: situavam-se cêrca de duas léguas para cima do local em que o Itajaí-mirim desagua no Açu. Ficavam na atual estrada para Brusque, nas imediações do lugar conhecido por "Tabuleiro".

Aliás, conforme veremos, no decorrer dêste trabalho, os terrenos de El-rei, no Itajaí-Mirim, compunham-se de três e, não, de duas sesmarias apenas. Duas foram objeto de medição e demarcação militar. A outra foi cedida a el-rei, posteriormente.

Como foi que essas sesmarias da margem do Itajaí-Mirim vieram ao domínio de el-rei?



Êste é o mapa dos terrenos que, em consequência do Aviso real de 5 de fevereiro de 1820, Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond deveria tomar posse, para El-rei e, nêles, fundar um estabelecimento. Como se vê, ficam no Itajaí-Mirim, muito distante da foz do Itajaí-Açú, onde assenta a cidade de Itajaí.

Do mapa se sabe quais foram os primitivos donos dessas sesmarias, que as cederam a El-rei. Leia-se o que está inscrito no quadro de cada uma delas:

1.ª) "Sesmaria cedida a S.M. por D.Ana Margarida de Santa Cruz Melo Rodrigues."

2.ª) "Sesmaria cedida a S.M. pelo Tenente coronel Joaquim Francisco de Sales e Melo".

Sôbre a terceira falaremos mais adiante.

Nas buscas que realizamos, não lobrigamos o processo referente à primeira concessão, embora desta se fale em documentos também reproduzidos em outra parte dêste trabalho.

Podemos, entretanto, adiantar que Ana Margarida de Santa Cruz Melo Rodrigues, era irmã do segundo sesmeiro, Sales de Melo e requereu e obteve a sesmaria do Itajaí, não com o propósito de habitá-la e cultivá-la mas, ùnicamente, com intúitos especulativos. Fê-lo numa época em que se processava um verdadeiro *rush* sôbre os terrenos da região banhada pelos dois Itajaí, o Açú e o Mirim, quando várias dezenas de requerimentos de sesmarias foram dirigidos ao vice-rei.

"Diz Joaquim Francisco de Sales e Melo, capitão governador da fortaleza de Santo Antônio de atones, da Ilha de Santa Catarina, que êle pretende que V.Excia. se digne conceder-lhe por sesmaria, uma légua de terras em quadro, no Rio de Itajaí-Mirim, fazendo frente ao sul do mesmo rio, com os fundos ao norte, confrontando pela parte de leste com as terras que anda requerendo o capitão Manoel Antônio Tavares e pela parte oeste com terras devolutas, para neste lugar construir uma fábrica de açúcar para seu interesse e dos reais dízimos. P.R.V.Excia. se digne conceder-lhe no real nome de S.M. o terreno que suplica".

Primeiro despacho: "Informe o Tte.Coronel Governador, ouvindo por escrito a Câmara e o Intendente de Marinha. Rio, 30 de agôsto de 1799" (Rúbrica do vice-rei.)

Ouvida a Câmara e o Intendente, deram ambos parecer favorável à concessão, tendo o Vice-rei mandado passar carta de sesmaria em 10 de junho de 1800. Em 29 de março do mesmo ano, para se saber informações precisas sôbre as terras dessa sesmaria, foi procedida a medição pela forma seguinte:

"Manoel Joaquim Xavier Palmerim, capitão graduado do regimento de infanteria de Estremoz. Certifico que em cumprimento do despacho do senhor escrivão da real fazenda, que serve de Intendente de Marinha, passei ao rio de Itajaí-Mirim, a medir e demarcar uma légua de terra em quadro, que requereu por sesmaria o capitão Joaquim Francisco de Sales e Melo, cuja medição foi da forma seguinte: Teve princípio em um pau de figueira denominada "comepé", que ficou lavrado nas quatro faces, que se acha na margem do mesmo rio, da parte do norte, em uma volta denominada "Tronqueira Velha", de cujo marco lancei o rumo de sudoeste e medi três mil braças de terras de frente fazendo suaves curvas, segundo as voltas do rio e findaram num pau de seu nascimento de canela amarela, que ficava lavrado nas quatro faces que está na mesma margem do sobredito rio, de fronte do primeiro morrete que está da parte do sul do rio, donde findou a medição do sargento José Diniz e teve princípio as do capitão Manoel Antônio Tavares e lhe lancei para os fundos por um e por outro lado o rumo de sueste que corre com uma légua, na forma requerida, fazendo

frente no mesmo rio com tôdas as suas voltas, confrontando peal parte do nordeste com terras devolutas e pela parte de sudoeste com terras de mim, Manoel José Xavier Palmerim, o que tudo foi na forma declarada, o que afirmo debaixo da minha palavra de honra. Ilha de Santa Catarina, 29 de março de 1800. (Ass:) Manoel José Xavier Palmerim".

Junto ao requerimento acima, estava arquivado este outro:

"Ilmo. e Exmo.sr. Tendo a fortuna que Sua Majestade me fizesse a honra de aceitar a oferta voluntária dos títulos de uma sesmaria que, no seu real nome, eu possía, calculei que justamente deveria reverter à real corôa. É pelo mesmo motivo que meu irmão, o tenente-coronel Joaquim Francisco de Sales e Melo, tendo a fortuna de ter servido a S.Majestade o decurso de quarenta e três anos nas tropas da 1.ª linha e governando a fortaleza de Santo Antônio de Ratones, da defesa da Ilha de Santa Catarina, requereu a Sua Majestade reforma pela sua idade e moléstias, na forma da lei, a qual lhe foi concedida há 15 anos, estando de posse de uma sesmaria que o Conde de Rezende, sendo governador do Estado do Brasil, no real nome de S.Majestade lhe tinha permitido no departamento da ilha de Santa Catarina, no lugar e margem do rio Tajaí-Mirim, distante da dita ilha 9 léguas pouco mais ou menos, com caminho por terra e fácil navegação por mar, próxima à armação grande das baleias, não lhe foi possível melhorar o seu estabelecimento, porque depois de reformado pelas suas moléstias se viu precisado a recolher-se a esta côrte, a promover os meios da sua saúde e conservação à vida; portanto deixou de ampliar aquêle estabelecimento e desejando ser sempre útil ao Estado, igualmente comigo se lembra agora de rogar a V.Majestade se queira dignar de aceitar aquêles títulos que lhe estavam concedidos para os aproveitarem como bem parecer ao Estado, pois que aquêles lugares se podem fazer muito úteis pelas riquezas de madeiras e muitas outras produções, facilitando-se por mar a sua exportação. O adiantamento de moléstias e idade em que se acha meu irmão o tem decidido de poder fazer outros serviços a S. Majestade, deseja ùnicamente merecer a El-Rei Nosso Senhor, pela sua incomparável beneficiência, lhe queira mandar pagar nove mêses de soldos que se lhe está devendo e continuar para o futuro (durante o pouco tempo que lhe pode restar de vida) a ser pago mensalmente pela Tesouraria Geral das Tropas, sendo incluído na fôlha do quartel general, como se atualmente estivesse empregado em serviço, pois com esta graça termina a sua esperança e honra que tem gozado no real serviço, findando a sua vida sem sofrer a desgraçada necessidade, faltando-lhe o sôldo mensal, único meio de sua subsistência. Por esta mesma ocasião, levo justamente à presença de V.Excia. outra carta de sesmaria, também de uma légua de terra que, em nome de minha mulher D.Ana Margarida de S.Cruz Roiz de Melo eu tinha obtido pelas razões já expendidas, ficando agora firmemente na esperança de que El-rei N.S. se queira dignar mandar fazer daquelas terras qualquer outra aplicação, que possa ser mais útil ao Estado. Pelo que terei a honra de beijar a augusta mão de S.Majestade e a V.Excia. afiançarei sempre a igualdade dos nossos votos e do constante respeito com que, agradecido, desejamos que a V.Excia. guarde Deus por muitos anos. De V.Excia. Francisco Manoel da Silva e Melo. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1820. Ilmo. e Exmo. sr. Tomás Antônio da Vila Nova Portugal."

Está aí, nêsse requerimento, como as duas sesmarias do Itajaí-Mirim voltaram ao domínio real. O signatário era o marido de D. Margarida, a quem servia de "testa-de-ferro".

Comparada a data dêste último requerimento, com as do aviso que determinou a vinda de Vasconcelos de Drummond e a da demarcação militar das duas sesmarias ,não se precisa de nenhuma ginástica mental para se conhecer exatamente o que se passou.

Muito interessado, naturalmente, em povoar as terras da província de Santa Catarina e baseado nas informações de Drummond, que dali acabara de regressar, Tomás Antônio de Vilanova Portugal, mandou chamar Francisco Manoel da Silva e Melo e, em troca da promessa de mandar pagar nove mêses de sôldo, que o erário devia a seu cunhado, Francisco, reformado como tenente-coronel comandante da fortaleza de Ratones, que se achava doente na Côrte, para onde se transferira de sua casa à r. Mata-cavalos, no Destêrro, e de outros fovores, fê-lo e a êste último, desistirem das sesmarias que lhes haviam sido concedidas no Itajaí-Mirim e que jaziam inaproveitadas, em favor da coroa.

E isto é prova, também, de que, já naquele tempo, o direito de propriedade era coisa respeitada, e nem mesmo o rei determinaria a colonização de terras que não estivessem sob o seu domínio.

Assim, para resolver-se a ocupação, por colonos, das terras do Itajaí-mirim, foi necessário, antes, que os sesmeiros, seus proprietários, as retornassem à coroa, por ato expresso.

Daí porque tal colonização não poderia ter-se dado à foz do Itajaí-Açú onde, como veremos, todos os terrenos já eram de domínio privado, em 1820.

Corroboram, igualmente, o que vimos afirmando, três bilhetes que se encontram junto ao requerimento, atrás transcrito, sem assiantura. Do primeiro não conseguimos identificar a letra. Mas os outros dois são, incontestàvelmente, do punho do ministro Vilanova Portugal.

"Vão neste aviso as cartas de sesmarias que V.Excia. mandou saber se já estavam expedidas. Ocorre-me, porém lembrar que não veio a da sesmaria de Francisco Manoel da Silva e Melo, pois as que vieram e são as inclusas, tratam da sesmaria de seu irmão, e de sua mulher".

"Diga-me se já se fizeram as ordens com as sesmarias que deu Fr.Mel. para Santa Catarina ou se ainda não fôram, para as procurar aqui".

"Passe ordem ao Gdor. de S.Catarina: para que pelas (ilegível) faça tomar posse dessas sesmarias para S.Majde. e as mande demarcar provisòriamente por qualquer oficial militar; pois a seu tempo se mandará fazer demarcação judicial. E mande logo principiar e aproveitar as madeiras e fazer o estabelecimento, para se dividirem ditas terras para uma colônia (ilegível) que se há de mandar. E se houver alguns intrusos lhes destinem alguma porção de terras, onde não ficar mal para depois se lhe dar, ficar na sua habitação e cultura, sendo o terreno de 60 a 100 braças em quadro".

Demonstrada, assim, à saciedade, que as terras destinadas à colonização por Vasconcelos de Drummond, situavam-se às margens do Itajaí Mirim e não às do Açú e que, conseqüentemente, êle nada tem que ver com a fundação da cidade de Itajaí, prossigamos na análise das "Anotações" para verificarmos se, mesmo nas duas sesmarias indicadas, Drummond realizou algum trabalho, no desempenho da missão de que o incumbira o Aviso de 5 de fevereiro de 1820.

Vimos, na transcrição do número 6 das "Anotações" a afirmativa de Drumond de que, durante o seu exílio em Paris, publicara no "Journal de Voyages" vários artigos sôbre o Brasil e que "em um ou dois dê-

les" falara do rio Itajaí e du sua "viagem e residência nas margens daquele rio".

De conformidade com o que nos assegura o senhor diretor da Biblioteca Nacional de Paris, a quem recorremos, foram, ùnicamente, três os artigos publicados por Drummond no citado "Journal des Voyages, decouverts et Navigations Modernes ou Archives Géographiques du XIX Siécle". (Esta revista foi publicada em Paris de 1818 a 1829 e compreende 44 volumes in 8º). Nos tomos 33 e 34 e no 37, encontram-se os artigos subscritos por Drumond.

Em dois dêles, sob o título de "Notice sur les mines du Brésil", trata das riquezas minerais do nosso país, não havendo referências a Santa Catarina.

É no terceiro (tomo 34, páginas 312 a 316), ùnicamente, que Dummond faz menção do Itajaí.

Conseguimos o micro-filme das páginas que nos interessam. Ei-las em tradução, tanto quanto possível, literal:

"Se, das províncias setentrionais passarmos às províncias do sul, encontraremos na de Santa Catarina em particular, a opinião geralmente espalhada de que ela abunda em minas de prata. Há mais de um século que um certo Aragão descobriu numa montanha que êle denominou de Taió, grande quantidade de prata, de que tirou alguns fragmentos para seu uso e outros para os mostrar ao governador da província, a fim de lhe dar as provas palpáveis da descoberta que vinha de fazer.

O governador remeteu essas amostras ao vice-rei no Rio de Janeiro que fêz demorar por muito tempo a sua decisão. Por fim, êle resolveu que enquanto não recebesse resposta de Lisboa, o desgraçado Aragão seria sequestrado em um cárcere, a fim de que não pudesse abusar do que sabia, visto com não lhe pertencia o segrêdo e, sim, ao rei.

Muito tempo depois, o govêrno de Lisboa ordenou que Aragão fôsse remetido para Portugal, a fim de lá fazer as suas declarações. Ao chegar a Lisboa o desgraçado foi de novo metido num cárcere sem que se o submetesse ao interrogatório para o qual lá fôra levado. Morreu prêso na miséria e moído de desgostos. Assim a pátria de Camões recompensa um colono honesto que teve a desgraça de fazer uma descoberta útil num país dominado então pela fôrça a mais ignorante e a mais bárbara.

Eu era, em 1820, governador das colônias da província de Santa Catarina, sob o título de inspetor geral, quando recebi do ministro Vila Nova, ordem de fazer tôdas as tentativas necessárias para redescobrir o maravilhoso monte Taió. Essa ordem vinha acompanhada de uma cópia da correspondência que havia sido trocada outrora a êsse respeito e que não oferecia nenhuma pista a seguir. Convencido da importância dessa missão, desenvolvi todos os esforços para saber se ainda existia algum descendente do desgraçado Aragão e cheguei a descobrir os netos dessa vítima, os quais sabiam, por tê-lo ouvido dizer de seus pais, qual fôra a sorte de seu avô e que, presumìvelmente êle havia levado consigo para Lisboa, o roteiro, o mapa do traçado que êle fizera para chegar ao monte Taió, plano êsse que depois de sua morte se disse fôra achado entre seus despojos, na prisão de Lisboa.

Em seguida, eu procurei colher informações entre os velhos dos logares os mais distantes das povoações brasileiras e as mais próximas das hordas de selvagens. Não consegui nada mais do que eu já conhecia. Sòmente nas margens do rio Itajaí eu encontrei um homem de 120 anos, que tinha conhecido Aragão e ao qual êle falara depois da descoberta das lâminas de prata. Êle me assegurou que tôdas as vêzes que Aragão partia para as suas excursões passava por sua casa e que, por essa razão, o monte Taió não podia estar muito distante do rio Itajaí e era mesmo, segundo supunha, banhado por suas águas.

Eu continuei as minhas indagações sem, entretanto, alimentar grandes es-

peranças de encontrar o Taió, porque numa enorme extensão de florestas virgens e de montanhas mais ou menos iguais à que Aragão descobrira, isso era dificílimo; e depois, em virtude da revolução portuguêsa que teve lugar no Rio de Janeiro ,a 26 de fevereiro de 1821, eu julguei de meu dever voltar àquela capital.

O rio Itajaí é muito aurífero. Quando eu morei em Santa Catarina, eu soube por um pobre lavrador da província de São Paulo que tôda a região era abundante em ouro. Eu o contratei para fazer algumas tentativas. De princípio êle se negou com medo do govêrno, mas afinal concordou com o meu pedido depois que eu lhe afirmei que nenhum mal lhe poderia acontecer e que eu assumiria a responsabilidade pelo que viesse.

Com efeito, o paulista partiu depois que eu lhe dei uma canoa, víveres para três dias, um fusil, pólvora, balas, uma bateia, uma gamela feita por êle mesmo e uma pequena alavanca de ferro. Ao cabo de três dias êle voltou, trazendo-me cinco onças de ouro em pó, as quais eu mandei ao governador para que o enviasse ao rei D.João VI, com os relatórios sôbre o que se passara. Jamais, porém, recebeu-se resposta do ministro português.

A recordação da minha permanência na deliciosa província de Santa Catarina, ser-me-á sempre cara; êste brilhante jardim do novo mundo oferece o retiro mais agradável e a mais doce existência ao filósofo que procura esquecer no seio de uma natureza virgem o orgulho do gênero humano e a frivolidade das suas discussões.

É nessa província, sobretudo, que se devem estabelecer colônias. O calor jamais sobe acima de 22 e não desce a menos de 7.

O rio Itajaí, sôbre cujas margens eu comecei a formar um estabelecimento, é bem navegável. Sua nascente é ainda desconhecida, mas eu acredito que êle atravesse as vastas planícies de Curitiba e que êle poderá estabelecer uma comunicação fácil com essa rica região própria para a cultura do trigo e a criação do gado. Permita o céu que a guerra e os males que ela consigo trás não tenham destruído os fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821.

Deus vele, principalmente, sôbre os ministros de D.Pedro para que façam pela prosperidade dêsses estabelecimentos votos tão ardentes como os que eu faço para a glória da minha querida pátria da qual a sorte me exilou."

Com elementos seguros, podemos adiantar que o paulista, que Drummond contratou para lhe ir buscar as cinco onças de ouro, não era outro senão Matias de Arzão, morador das proximidades do Itajaí-Mirim e que foi quem, provàvelmente, forneceu as informações sôbre o descobridor da prata do Taió.

E, quanto ao "certo Aragão", trata-se, evidentemente, de um engano. Era um Arzão que êle quiz mencionar e, muito possívelmente, o proprio avô de Matias. O pai dêste morreu em Itajaí em 1794, com cêrca de 90 anos de idade. Tendo Drummond escrito o seu artigo sete anos depois de sua estada nesta província, é bem compreensível tal confusão de nomes.

No artigo citado, Drummond faz uma afirmação que parece não ser verdadeira.

Êle diz-se "governador das colônias da província de Santa Catarina, sob o título de inspetor geral" quando não há um só ato ou documento oficial, que conheçamos, comprobatório dessa qualidade. Além do mais, a simples circunstância de que êle se encontrava em Santa Catarina, sob suspeita de revolucionário, e debaixo das vistas do governador, afastam a hipótese de que tivesse recebido tal investidura.

Como se viu da leitura do artigo de Drummond, êste não enumera um único serviço que tivesse praticado nas margens do Itajaí-Mirim, com o intuito de colonizá-las.

Limita-se a fazer ligeiras referências ao estabelecimento "que comceei a formar" e à "colônia que eu comecei a estabelceer alí e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la".

Mais adiante, quando tratarmos do regresso de Drummond à Côrte, transcreveremos o ofício do governador da Capitania, de que aquêle foi portador ao ministro.

Por êsse documento ver-se-à, também, que Drummond não tinha outro encargo que o de auxiliar a colonização das terras do Itajaí-Mirim e o corte de madeiras que ali fôra estabelecido.

Satisfeitos ,assim, aquêles que, alertados pelas "Anotações" desejassem conhecer os artigos de autoria de Drummond, publicados durante o seu exílio na Europa, prossigamos na análise das mesmas "Anotações".

Note-se bem que, no item 7º, Drummond diz que "ali (no Itajaí) construiu-se uma sumaca denominada "São Domingos Lourenço", que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí" etc.

Da própria redação daquele "CONSTRUIU-SE" salta aos olhos que Drummond não teve, como alguns querem, interferência alguma na construção dessa sumaca. Se êsse tivesse sido o caso, êle, sem dúvida alguma, não teria perdido a oportunidade de dizê-lo claramente, de atribuir-se um serviço bem importante. Não era êle homem que deixasse fugir uma chance dessas, de atribuir a si mesmo a autoria ou coautoria de um fato de significação, tanto mais que precisava apresentar serviços para justificar, perante o ministro, os seus vários mêses de inatividade.

E, quando informa que fôra, essa sumaca, a primeira embarcação do seu calado a transpor a barra do Itajaí, evidentemente se refere à barra do Itajaí-Mirim no Açu e não a dêste no oceano.

Muito antes de Drummond — e isso é fácil de imaginar e de provar — barcos de maior lote que sumacas, transpuzeram a barra do Itajaí Açú para comerciar com os muitos moradores que já havia pelas suas margens.

Para não perdermos muito tempo com êsse pormenor, diremos, apenas, que a 6 de abril de 1815 (cinco anos, portanto, antes de Drummond) um certo Francisco Lourenço da Costa, residente em Destêrro, obteve uma sesmaria nas margens do Itajaí, tendo declarado, em seu requerimento, que êle ali já tinha "UM ARMAZEM PARA RECOLHER OS EFEITOS QUE ALI COMPRA PARA O GIRO DO SEU NEGÓCIO". (Ver livro nº 2 do Registro de Sesmarias, no Departamento de Terras e Colonização, em Flroianópolis).

Muitas outras provas disso poderíamos aduzir mas acreditamos desnecessário perder mais tempo com êsse detalhe.

Tendo-se em mente que a barra do Itajaí-Açu fica, apenas, a duas léguas e pouco ao sul de Itapocorói, onde desde 1779, funcionava uma grande armação de baleias e cuja baía era visitada constantemente por grandes barcos, mesmo transatlânticos, não se pode conceber que, só em 1820, é que aquela barra tivesse sido transposta, pela primeira vez, por embarcação do porte de uma simples sumaca.

O Itajaí-Mirim é navegavel até grande altura da sua confluência no Açú. Van Lede, em 1848, fêz várias sondagens em seu leito:

"Na parte em que o subimos (até o Taboleiro) a velocidade da correnteza dependia da maré, a largura variava entre os limites de 50 a 70 metros e a profundidade entre 7 e 10 metros". ("Os rios Itajaí Grande e Itajaí-Mirim descritos por Van Lede", apud "Blumenau em Cadernos", pag. 42).

Assim, era fácil a sua navegação por sumacas e é bem possível que a citada "São Domingos Lourenço", sendo a primeira que transpuzesse a sua barra no Açu, fôsse até as "terras de El Rei", carregar madeira, feijão, milho, etc.

A propósito dêsse carregamento, há ainda a fazer uma observação. Os que atribuem a Drummond a fundação de Itajaí, querem que êsses cereais tenham sido os "primeiros frutos da colonização empreendida pelo diplomata". Nada mais errôneo.

Já vimos que as terras do Itajaí, muito tempo antes de Drummond vinham sendo trabalhadas por dezenas de famílias que ali se haviam estabelecido nos fins do século 18, dedicando-se á lavoura e ao beneficiamento de madeiras.

E, além disso, Drummond chegou a Santa Catarina a 2 de março de 1820 (conforme se vê da sua carta, adiante transcrita, de 20 desse mês e ano); não foi imediatamente para o Itajaí-Mirim, pois ficou à espera das disposições do governador e do bom tempo. Deve ter ido para lá em abril seguinte, pelo que se deprende das comunicações do governador, que também vão transcritas neste trabalho.

Ora, é sabido que de abril a fins de junho, não é época para plantações em Santa Catarina; ela só começa, quando cedo, em meados de julho, ou princípios de agôsto. Pela carta de Tovar e Albuquerque, de 5 de dezembro de 1820, sabemos que Drummond voltou do Itajaí, doente, em outubro daquele ano. Nesse tempo, as culturas de milho e feijão que êle, porventura, tivesse mandado fazer no Itajaí-Mirim, estariam ainda no comêço do seu desenvolvimento.

Daí, portanto, a certeza de que os cereais embarcados na "São Domingos Lourenço" eram produtos de safras anteriores, provindas de lavouras já estabelecidas muito antes da chegada de Drummond.

Ainda na anotação 7ª, Drummond afirma: "Do Itajaí mandei a madeira para a obra do Museu do Campo de Santa Ana, e mandei de presente, porque era serrada e cortada à minha custa".

Essa afirmativa não se coaduna com o que o governador Tovar e Albuquerque afirma no item 4º do seu relatório de abril de 1821 ao minisrto do Reino:

"4.º — Nas margens do rio de Itajaí foram oferecidas para a Real Fazenda três sesmarias: duas de légua em quadro cada uma, outra de duas léguas de frente e uma de fundos, as quais fiz medir e demarcar e tomar conta pela Real Fazenda, em consequência dos régios Avisos expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 4 de fevereiro de 1820 e de 6 de maio do mesmo ano. Pelo primeiro citado aviso se mandavam aproveitar as madeiras, ao que com efeito procedi, estabelecendo um corte nas ditas sesmarias por conta da Fazenda Real da qual, assim como dos estabelecimentos dos colonos nas mesmas terras, encarreguei a Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, que para êsse efeito veio comigo do Rio de Janeiro, por Aviso Régio de 5 de fevereiro de 1820. Êste corte de madeira se tem limitado à serraria de tabuado, do qual se tem tirado obra de umas cem dúzias em obediência das ordens da Secretaria de

Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de 17 de setembro de 1820 e de 19 do mesmo mês e ano; do resto mandei tomar conta e recolher aos armazens reais, por julgar conveniente cessar, por enquanto êsse artigo de despesa. Para a nova colônia de Itajaí, foram 16 soldados do batalhão n.º 12, que tiveram para êsse efeito baixa do Real Serviço, como os demais, do mesmo batalhão que ficaram para os outros estabelecimentos, porém todos com praça em milícias, tudo por Carta Régia de 9 de maio de 1820 e aviso de 19 de setembro do mesmo ano. Êsses dezesseis se acham ali estabelecidos, com suas datas de terras, ferramentas e gados".

Daí se depreende que Drummond, em absoluto, não mandou, senão, as dez dúzias de tábuas a que o governador da província se refere no ofício que, a 15 de dezembro de 1820, dirigiu ao ministro do Reino e no qual, entre outras coisas, informa:

"Na presente ocasião, vão pela sumaca "Gratidão", mais dez dúzias de tábuas, tiradas de Itajaí e destinadas ao Museu Real, remetidas por Antônio de Menezes a Thomás Pereira de Castro Viana. O dito Antônio de Menezes (estava riscado o seguinte: "que veio de lá bastante doente há mais de um mês) dará conta a V. Excia. do es tem feito ali, pois que dêle tenho incumbido de tudo o que respeita àquele estabelecimento."

Aí está, por êsses documentos, tudo quanto Drummond fez e mandou do Itajaí-Mirim. Os decantados "fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821", se resumiram em providencias para a instalação de 16 soldados do batalhão nº 12 e de incentivar o corte de madeiras por gente já ali estabelecida anteriormente.

Desmentem Drummond na sua afirmativa de que o estabelecimento já florescia quando teve que deixá-lo em 1821, as próprias palavras do governador Tovar e Albuquerque no ofício nº 12, de 16 de abril de 1821, que vai, também, adiante transcrito e onde afirma ter julgado conveniente cessar com os trabalhos no Itajaí-Mirim, de que Drummond fôra encarregado, até novas ordens de S. Magestade, ordens que se sabe nunca mais vieram. Ora, se os trabalhos foram mandados acabar com a saída de Drummond, como poderiam estar êles florescentes?

A verdade, fácil de constatar nos documentos da época, é bem diferente da que Drummond apresenta. Nunca houve entusiasmo pela realização dos planos de Vila-Nova Portugal, do povoamento e colonização das sesmarias de El-Rei, à margem do Itajaí-Mirim e o pouco que ali se fêz, desapareceu com a queda do operoso ministro de D. João VI, ocorrida nesse mesmo comêço de 1821.

Se estamos apontando estas constantes contradições entre as afirmações de Drummond, nas suas "Anotações" e a correspondência do govêrno da província é menos para provar a leviandade com que se houve, em Santa Catarina, o futuro diplomata, do que para demonstrar a improcedência das razões que pretendem encontrar, nas mesmas "Anotações" os que teimam em ver em Drummond o fundador da cidade de Itajaí.

Que Drummond, nos seus 24 anos de idade, incumbido de uma tarefa que demandaria muito critério, muita prudência e sobretudo mui-

ta atividade e muito espírito de sacrifício, agiu descuidadamente, são provas mais que suficientes os confrontos entre êsses documentos e afirmações.

É ainda colhido do item 7º das "Anotações" o seguinte trecho:

"Durante a minha estada na província de Santa Catarina, percorri o rio de São Francisco do Sul e no museu nacional devem existir algumas pérolas que eu mandei, pescadas naquele rio."

Confronte-se essa afirmação com o seguinte oficio do governador ao ministro:

"Tenho a honra de enviar a V.Excia., pelo mestre da sumaca "Gratidão", Joaquim Anastácio da Natividade, uma caixinha com um vidro em que vão remetidas em aguardente duas conchas das que contêm pérolas, apanhadas com os moluscos vivos no Rio de São Francisco, onde ùnicamente se acham. Houve uma dificuldade imensa em conseguí-las porque ainda a que ali haja abundância daquele marisco, a que chamam "sururú" e que dêle se alimenta uma grande parte do povo, contudo, são raros os que contêm pérolas. Deus guarde a V.Excia. Sta.Catarina, 4 de dezembro de 1820. João Vieira Tovar e Albuquerque".

É mais do que improvável, pelo próprio sentido dêsse ofício, que ambos, Drumond e o governador, tivessem mandado pérolas ao museu, pois, as que constam do ofício de Tovar e Albuquerque já teriam sido pescadas com "imensa dificuldade".

Deduz-se de tudo quanto Drummond escreveu de Santa Catarina ao ministro Vilanova, que êle era um dêsses moços jactanciosos, que amavam falar dos próprios feitos e, o que é bem peior, de atribuir a si próprio, idéias e atos de outros.

Vimos isso quanto à idéia da reabertura da estrada para Lajes. E vemos isso, principalmente, dêstes documentos que, embora nada tenham que ver com o Itajaí-Mirim, vêm em abono do que afirmamos.

O primeiro é a carta de 14 de março de 1820, de Miguel de Souza Melo e Alvin, fundador da colônia Ericeira, depois Pôrto Belo, e o segundo a carta que, a 19 do mesmo mês e ano, Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, dirigiu ao ministro.

Pelo confronto dêsses documentos, o leitor, além de ter mais uma confirmação, e importante, de que as terras que Drummond colonizaria estavam situadas no Itajaí-Mirim (pois, pela primeira vez, em seus escritos, êle menciona expressamente o descriminativo MIRIM), verá que o pretenso fundador de Itajaí não primava pela correção nas suas informações ao ministro, que o protegia.

Grifaremos os trechos dessas missivas que interessam a êste estudo para que o leitor possa melhor aquilatar do que vimos argumentando.

A carta de Melo e Alvin começa comunicando ao ministro que voltava da Enseada das Garoupas, onde deixara os colonos mal acomodados e descontentes, pela má divisão das terras. Sugere a compra de glebas de possuidores antigos para a acomodação dos novos casais e dá conta de outros planos para satisfazer os colonos e orientá-los para a

agricultura, ao mesmo tempo que cuidassem da pesca, mister em que estavam mais afeitos nas ilhas de onde tinham vindo.

Depois informa:

"Logo que Manoel Dias de Lima empreste uma lancha da Armação, que NA CONFORMIDADE DAS RECOMENDAÇÕES DE V.EXCIA. LHE PEDI E ME PROMETEU, a farei preparar de coberta e avenação à moda das rascas da Ericeira para começarem com as suas pescarias de alto mar, ou com uma boa rêde que trouxeram. Também estou preparando uma embarcação mais maneira para as pescarias perto de terra"......

Agora, a carta de Drummond, que transcreveremos na íntegra:

"Ilmo. e Exmo. sr. Thomás Antônio de Vilanova Portugal.

Tenho a honra de participar a V.Excia. da minha chegada a esta ilha no dia 2 do corrente e de haver entregue ao governador o ofício de V.Excia. As chuvas teem sido efetivas e copiosas, de maneira que precisamos de alguns dias de sol para termos os caminhos transitáveis. Estou à espera das disposições do governador para a medição e posse das terras do Tajaí-Mirim, que me diz será logo que o tempo permitir; para o que tem dado as providências e mandado tirar as precisas notícias.

Consta-me que o Prates mandara oferecer a V.Excia. a sua sesmaria no Tajaí; assim ficou dissolvida a compra, em que tratava por ordem de V.Excia. Tenho notícia que esta sesmaria fica na direção das sesmarias de S.M. no Tajaí-Mirim.

Também tenho notícia que no Tajaí, antes desta sesmaria, há muitas terras incultas, mais à foz do rio, que me dizem pertencer a uma viúva lá estabelecida com outro terreno. Logo que pessoalmente verifique estas notícias, informarei a V.Excia.

Os mais práticos do rio Tajaí foram por êle acima três dias de viagem, que reputam trinta léguas; e nada sabem dizer de interessante: êles julgam que vai ter à altura das Lajes; sendo assim maior vantagem se tiraria para o novo estabelecimento, que V.Excia. projeta, que é a felicidade dêste país.

Lavradores creio ser a melhor gente para a povoação dêste rico terreno. Comunicou-me o governador ter pedido a V.Excia. alguns prisioneiros do Rio Grande para trabalhadores das novas obras. Temos combinado com Miguel de Souza, ser muito útil e mais leve à Real Fazenda.

PEDI A MANOEL DIAS DE LIMA UMA LANCHA PARA OS ERICEIROS PRINCIPIAREM A PESCAR; RESPONDEU-ME QUE TINHA TÔDAS AS LANCHAS EM CONCERTO; O QUAL CONCLUIDO DARIA UMA OU DUAS, CONFORME LHE RESTASSE DA SUA PESCA; E COM TANTA VONTADE QUE AS MANDARIA COBRIR POR SEUS OFICIAIS À MODA DOS ERICEIROS, VISTO QUE ELAS TEEM SUAS PARECENÇAS COM AS QUE ELES LÁ USAM EM PORTUGAL e que lhes daria também velas a seu modo; para cuja obra pediria um ericeiro mais experto para as presidir.

Diz-me Miguel de Souza que entre êles não veio construtor algum, como V.Excia. crê, salvo um mau carpinteiro de casas.

Fiz ciente ao governador das recomendações de V.Excia. para a boa harmonia e inteligência na execução do serviço de S.M. e o quanto era desagradável a V.Excia. a intriga nas autoridades.

Agora só resta-me pedir licença a V.Excia para que, com o maior respeito eu tenha a honra de me assinar, de V.Excia. o mais humilde subdito, atentíssimo criado muito agradecido (Ass:) Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond. Sta.Catarina, 19 de março de 1920."

Como se vê, ambos querem ser o pai do pedido a Manoel Dias de Lima, que era o administrador da Armação da Piedade, de uma lancha

para os colonos, armada à moda da Ericeira. Um dos dois não está certo. E quem conhece a atuação serena, sensata, altamente honesta do Intendente de Marinha, Miguel de Souza Melo e Alvin, saberá quem está com a verdade.

O final do que Drummond escreve na oitava anotação:

"...suspendesse eu tôdas as obras que exigissem despesa e me retirasse para a côrte, porque S .M. dava por acabada a comissão de que eu estava encarregado..."

Também parece não estar muito de acôrdo com a verdade.

Eis o que, a respeito, o governador Tovar e Albuquerque escreve ao ministro do Reino, contrariando de modo categórico, a afirmação de Drummond:

Ofício n.º 12 — 16 de abril de 1821. "Tenho a honra de participar a V.Excia. que nesta ocasião regressa a essa Côrte Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, o qual havia vindo para esta província por Aviso Régio de 5 de fevereiro de 1820, para ser empregado nos estabelecimentos de colonização e cortes de madeiras que se começaram nas sesmarias da Coroa no rio de Itajaí. E HAVENDO EU JULGADO CONVENIENTE CESSAR COM AQUÊLES TRABALHOS até receber a êsse respeito novas ordens de S.Majestade, ÊLE ME PEDIU LICENÇA PARA IR A ESSA CÔRTE, a qual lhe concedi, conforme tenho a honra de comunicar".

Por tudo isso, parece que quem situou com justeza a atuação de Drummond em Santa Catarina foi o autor da "memória" a que Almeida Coelho se referiu na sua interessante "Memória Histórica sôbre a Província de Santa Catarina" e cujos conceitos o autor endossa, de vez que os deixa sem qualquer comentário:

'No mesmo ano (1820) veio da Côrte do Rio de Janeiro Antônio de Meneses Vasconcelos, encarregado da fundação de uma colônia no rio Itajaí. Êste homem gastou um ano em passear e iludir (expressões de uma memória que temos presente, e vamos copiando) o Ministro a bem do seu interesse particular, vexando aos pobres moradores do lugar, a quem dava a tarefa de serrar tabuado, e cujos jornais nunca foram pagos, apesar de despender a Fazenda Real em tão pouco tempo, pois retirou-se em 1821, o melhor de cinco mil cruzados: não fêz mais do que uma derrubada, sem deixar sinal algum de colônia. Ouviu-se-lhe por muitas vêzes dizer: aproveitemos o ministro de Estado (era então Tomás Antônio da Vila Nova Portugal) que está velho". ("Memória Histórica da Província de Santa Catarina," Manoel Joaquim d'Almeida Coelho, pag. 93) —